

**HABEAS CORPUS Nº 491.429 - SC (2019/0029528-3)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**VINÍCIUS MOTTA SCALIANTE - PR069456**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : CHARLES SILVA DA LUZ (PRESO)**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. WRIT NÃO CONHECIDO NA ORIGEM, SOB O FUNDAMENTO DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. VIABILIDADE DA IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO, MAS CONCEDIDO, DE OFÍCIO, PARA DETERMINAR QUE O DESEMBARGADOR RELATOR CONHEÇA O WRIT ORIGINÁRIO.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de CHARLES SILVA DA LUZ contra decisão proferida pelo Desembargador Relator do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no julgamento do HC n.º 4001862-31.2019.8.24.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi denunciado por supostamente ter incorrido na contravenção prevista no **art. 21 da Lei de Contravenções Penais (por duas vezes)** e nos ilícitos tipificados **nos arts. 147 (cinco vezes); 155, § 4.º, inciso I; art. 157, § 1.º, e art. 129, § 9.º, todos do Código Penal**. Isso porque, além de ter praticado vias de fato contra a ex-companheira, por reiteradas vezes, e a ameaçado de morte, em outras oportunidades: (i) "*arrombou a janela da frente e ingressou no interior da residência da sua ex-convivente, [...], onde subtraiu R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais)*"; (ii) subtraiu, também, R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), mediante o uso de faca, e "*ainda a segurou pelo pescoço e prometendo-lhe mal injusto e grave, pois disse que iria terminar o serviço e matá-la*"; e (iii) invadiu sua residência, "*onde ofendeu a integridade física de [...], mediante lesões corporais*", tendo, novamente, prometido "*mal injusto e grave à ex-convivente, consistente em ameaças de morte*" (fls. 59-61).

Narra a Impetrante que o Paciente está preso preventivamente desde

19/05/2018 e que "*os autos estão, desde 17/10/2018, conclusos para sentença*" (fl. 08).

Requer, em medida liminar e no mérito, o reconhecimento do excesso de prazo para a formação da culpa e o consequente relaxamento da prisão preventiva.

É o relatório inicial.

De início, verifico que a tese defensiva referente à ocorrência de eventual excesso de prazo para a formação da culpa não foi examinada pelo Tribunal de origem, o que impede a sua análise diretamente por esta Corte Superior, sob pena de **indevida supressão de instância**.

Observe, no entanto, que o Desembargador Relator do *writ* originário não conheceu da impetração, exarando a seguinte fundamentação (fls. 139-140; sem grifos no original):

"[...]

2. *O presente remédio heróico, adianta-se, não deve ser conhecido, na medida em que a matéria submetida ao crivo desta Corte sequer foi alvo de debate expresso recente por parte do juízo singular, não podendo, ao menos por ora, sob pena de supressão de instância, receber o exame direto em segunda instância, sem que na origem se tenha debruçado sobre a controvérsia trazida à colação (que, após muito se debruçar sobre as páginas do feito, não se logrou êxito em localizar análise do tema e nem a isso se referenciou na exordial).*

*Com efeito, segue-se a compreensão de que, inclusive em sede em habeas corpus, sob pena de configuração de supressão de instância, não há se cogitar a propositura da ação constitucional se a autoridade apontada como a coatora não teve a oportunidade de se manifestar sobre a discussão (TJSC, HC 4025953-41.2018.8.24.0900, rel. Des. Sérgio Rizelo. j. em 06.11.2018).*

*Assim, inegável que o meio processual utilizado por ora é, enquanto omissa a análise da temática na origem, inviável para alcançar o bem visado.*

3. *Ante o exposto, não se conhece do habeas corpus.*"

Vejo, assim, que, ao não conhecer do *habeas corpus* originário, de forma monocrática, por entender que o Juízo Singular deveria ter se pronunciado previamente sobre a ocorrência do alegado excesso de prazo para a formação da culpa, o Desembargador Relator impediu que o Tribunal local apreciasse a questão referente à ocorrência de eventual excesso de prazo na formação da culpa.

Destarte, constato a **existência de flagrante ilegalidade**, pois **não procede** a fundamentação acerca do não conhecimento do *writ* originário. Isso porque **a análise da ocorrência de eventual excesso de prazo para a formação da culpa é**

**matéria passível de impugnação por meio de *habeas corpus*, pois é ato de Juízo de primeiro grau que está sujeito à jurisdição dos Tribunais.**

Nesse sentido, *mutatis mutandis*:

"HABEAS CORPUS. *PROCESSUAL PENAL. ARTS. 157, § 2.º, INCISOS I E II, DO CÓDIGO PENAL E 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI N.º 10.826/2003. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. WRIT NÃO CONHECIDO NA ORIGEM, SOB O FUNDAMENTO DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. VIABILIDADE DA IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA.*

*1. Se o magistrado de primeiro grau, analisando os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, entendeu por decretar a prisão preventiva do acusado, essa decisão é passível de impugnação por meio de habeas corpus, de competência do Tribunal de Justiça estadual. Precedentes.*

*2. Ordem concedida, para determinar que o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso examine o mérito da impetração originária, decidindo como entender de direito." (HC 182.019/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJe 25/04/2011.)*

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do *habeas corpus*, mas CONCEDO a ordem, de ofício, para determinar que o Desembargador Relator examine o mérito da impetração originária.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora